

## Portaria nº 119-N, de 17 de novembro de 1992

O Presidente-substituto do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis — Ibama, no uso das atribuições previstas no art. 24 da Estrutura Regimental anexa ao Decreto 78, de 5 de abril de 1991, e art. 83, inciso XIV, do Regimento Interno, aprovado pela Portaria Ministerial nº 445/GM/89, de 16 de agosto de 1989, e tendo em vistas disposições do Decreto nº 97.946, de 11 de julho de 1989, art. 3º da Lei nº 5.197, de 3 de janeiro de 1967<sup>1</sup>, resolve:

**Art. 1º.** Normatizar a comercialização de peles de crocodilianos brasileiros, das espécies *Caiman crocodilus yacare* e *Caiman crocodilus crocodilus*, produzidas pelos criadouros comerciais devidamente legalizados no Ibama, em consonância com as demais Portarias específicas sobre o assunto.

**Art. 2º.** A exportação de peles de crocodilianos não poderá ser feita em bruto ou salgada.

**Parágrafo único.** O nível mínimo de curtimento admitido para exportação será o de “wet blue”.

**Art. 3º.** Os produtos de comercialização deverão corresponder à capacidade de produção do criadouro e estar em consonância com o projeto técnico aprovado.

**Art. 4º.** Toda a produção do criadouro, deverá ser lacrada individualmente, com lacres fornecidos pelo Ibama, com numeração seriada e deverão estar visíveis após a embalagem.

§ 1º. Para o curtimento fora do criadouro, as peles deverão estar devidamente lacradas com o lacre de trânsito.

§ 2º. As peles, após o processo de curtimento, deverão receber os lacres oficiais de comercialização, que as acompanharão até seu destino final.

§ 3º. Quando as peles forem processadas para a fabricação de manufaturados no Brasil, caberá à empresa a guarda dos lacres por um período de 5 (cinco) anos, os quais deverão estar à disposição do Ibama para possíveis ações de fiscalização.

---

<sup>1</sup> Vide Lei nº 5.197, de 3 de janeiro de 1967, pág. 359, neste Tema.

**Art. 5º.** O criadouro deverá comunicar o abate dos animais com antecedência mínima de 90 (noventa) dias, à Superintendência do Ibama com jurisdição sobre o mesmo, a tempo de permitir a competente vistoria e fornecimento dos lacres.

**Art. 6º.** Os lacres oficiais do Ibama serão fornecidos na quantidade correspondente ao disposto no art. 3º, mediante pagamento de taxas correspondentes.

**Art. 7º.** Quando da exportação, deverá o criadouro ou exportador solicitar ao Ibama via Superintendência Estadual, a licença de exportação Cites (Convenção sobre o Comércio Internacional de Espécies da Flora e Fauna Selvagens em Perigo de Extinção) contendo dados do exportador e importador, numeração e cor dos lacres, com prazo mínimo de 30 (trinta) dias antes do embarque.

**Art. 8º.** O Ibama somente permitirá a comercialização de peles das espécies descritas no art. 1º, com o tamanho mínimo de 18cm (dezoito centímetros) de largura (tomando-se a medida na parte mais larga do abdômen).

Parágrafo único. Será permitida a comercialização do percentual de 12% (doze por cento) da produção anual de peles com tamanho entre 15cm (quinze centímetros) à 18cm (dezoito centímetros).

**Art. 9º.** Os fardos ou volumes para tráfego de peles, qualquer que seja o destino, deverão ser rotulados com as seguintes informações: Produto de origem da fauna brasileira criado em regime de cativeiro.

*Produto:*

Origem/Criadouro:

Registro no Ibama nº:

Destino:

Nota fiscal nº:

Nº da(s) licença(s) Ibama:

Nº da(s) licença(s) Cites:

Nº de guia de exportação:

Peles números:

Estados das peles: ( ) "wet blue"

( ) outros (especificar) \_\_\_\_\_

Data de fechamento do volume: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Responsável pelas informações: Nome: \_\_\_\_\_

R. G.: \_\_\_\_\_

Parágrafo único. Em se tratando de exportação, a licença Cites terá validade inclusive para trânsito interno.

**Art. 10.** O Ibama autorizará, por 3 (três) anos a partir da data de publicação da presente Portaria no Diário Oficial, a comercialização de peles com osteodermos (ossificadas) oriundas apenas dos criadouros legalizados pela Portaria n.º 132-P, de 5 de maio de 1988, DOU de 16 de maio de 1988<sup>2</sup>.

Parágrafo único. Para efeito desta Portaria, considera-se pele com osteodermos, aquela que apresenta deposição óssea na forma de placas, perceptíveis ao tato e/ou visão, ao ponto de ocasionarem rigidez, dificultando sua flexibilidade.

**Art. 11.** Decorrido o prazo estipulado no *caput* do presente artigo, a comercialização será autorizada somente para peles consideradas “de aproveitamento integral”.

Parágrafo único. Para efeito desta Portaria, considera-se aproveitamento integral peles que se apresentem inteiras, sem osteodermos ao seu longo, exceto no escudo nuchal.

**Art. 12.** Os casos omissos nesta Portaria, serão resolvidos pela Presidência do Ibama, ouvida a Diretoria de Ecossistemas e Superintendência do Ibama envolvida.

**Art. 13.** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Humberto Cavalcante Lacerda  
Presidente-substituto

(DOU de 21.11.92)

---

<sup>2</sup> Vide Portaria n.º 132-P, de 5 de maio de 1988, pág. 399, neste Tema.